

Mulheres afro-atlânticas e ensino de história

Keila Nascimento de Almeida Peroni

Instituto Federal do Espírito Santo
João Neiva - Espírito Santo - Brasil
keilinha_89@hotmail.com

Resenha da obra: VIANA, Iamara; COSTA, Valéria (Org.). **Mulheres afro-atlânticas e ensino de história.** 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2023. 380 p.

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem avançado significativamente nos estudos sobre o papel das mulheres negras, reconhecendo-as não apenas como sujeitos históricos, mas também como protagonistas na produção de conhecimento historiográfico. A filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) desempenhou um papel crucial nesse processo. No entanto, apesar da importância dessas iniciativas, ainda é desafiador construir uma ponte entre os avanços acadêmicos e o ensino de história. É precisamente esse desafio que Iamara Viana e Valéria Costa, organizadoras da obra *Mulheres afro-atlânticas e ensino de História*, se propõem a enfrentar. Segundo elas, as histórias de saberes e resistências das mulheres negras possibilitam o fazer educacional como ato político, levando a reflexão crítica sobre a pertinência dos estudos sobre os africanos e seus descendentes. Sendo assim, as narrativas das experiências vividas pelas mulheres afro-atlânticas visam fomentar a conscientização social acerca da diversidade dos agentes históricos¹.

Além dos resultados das pesquisas de diferentes historiadores, o livro traz o compartilhamento de experiências desenvolvidas no cotidiano escolar dessas professoras-pesquisadoras, apontando importantes contribuições para o ensino de História. Ao apresentar, sobretudo aos profissionais da educação básica, propostas de abordagens didático-pedagógicas a partir das pesquisas científicas, a obra estabelece um importante diálogo entre os debates acadêmicos e a prática docente.

¹ A pesquisa que resultou nesta publicação conta com aporte financeiro da FAPES - Edital Nº 28/2022 - TO: 988/2023-P:2023-ZSZWQ.

Dividido em treze seções, o livro contém uma apresentação inicial escrita pelas organizadoras - Iamara Viana e Valéria Costa; onze capítulos que retratam histórias das mulheres afro-atlânticas, com sugestões de práticas educativas para a educação básica; e uma breve apresentação das diferentes autoras que compuseram a obra.

Escrito por Daniele Santos de Souza, o primeiro capítulo, “Escrava para todo o serviço: experiências de ganhadeiras na Bahia colonial”, apresenta histórias de mulheres africanas e suas descendentes ligadas ao comércio de rua do período colonial, às negras quitandeiras e à atividade que envolvia o abastecimento de vilas e cidades. A pesquisa se baseia na análise de processos do Tribunal da Relação da Bahia, além de cartas, relatórios e ofícios da Câmara de Salvador. Sobre as escravas de ganho, havia uma intensa fiscalização da Câmara, pois a dispersão, característica do comércio ambulante, facilitava que medidas que visassem regulamentar as vendas fossem burladas. Os documentos do século XVIII trazem relatos que revelam a construção de estratégias de luta e sobrevivência durante a escravidão, além de eficientes redes de relações e de comércio, nas quais as ganhadeiras souberam construir “laços envolvendo brancos, mestiços e pretos, escravizados e libertos numa arquitetura social de bases predominantemente africanas” (SOUZA, 2023, p. 42). A autora traz também possíveis reflexões a serem trabalhadas com os estudantes, visando relacionar as histórias das ganhadeiras da Bahia colonial à situação da mulher preta no Brasil atual.

Iamara Viana e Valéria Costa, no capítulo seguinte, “Vestidas de (re) existência! Indumentárias de mulheres africanas e afro-diaspóricas no Brasil escravista”, analisam fontes históricas como relatos de estrangeiros; além de investigarem como o vestuário entre africanos e seus descendentes traduzia “distinção, disputa, hierarquias e resistência na sociedade escravista” (VIANA; COSTA, 2023, p. 56). O texto enfatiza estratégias de negras libertas de se diferenciarem das cativas e a representação da indumentária como símbolo de resistência cultural, em um contexto colonial marcado por estratégias para impedir que mulheres negras usassem certos tipos de tecidos e ornamentos. Uma vez que as joias poderiam favorecer a manutenção de bens, o vestir para essas mulheres simbolizava a busca por poder social. As historiadoras apresentam uma proposição didática dividida em quatro aulas que trabalham a análise de imagens e documentos envolvendo a temática e relacionando-a com questões do tempo presente.

“Reza, cachimbo e rosário: mulheres afro-atlânticas e suas contribuições para o ensino de História do Brasil Imperial”, capítulo escrito por Iraneide Soares da Silva e Joceneide Cunha dos Santos, destaca a biografia de mulheres africanas libertas que viveram no Brasil Imperial do século XIX. Ao abordar as experiências de mulheres afro-

atlânticas que habitaram províncias do Norte, as autoras defendem que essas mulheres, ao adentrarem os territórios das ruas, ressignificaram esses espaços. A análise dos testamentos de Catharina Rosa Pereira de Jesus, conhecida como Catharina Mina, de São Luís, capital do Maranhão, e de Rosarida Maria do Sacramento, da Vila da Porto Seguro, na Bahia, representam a trajetória de algumas negras libertas e escravizadas que “articularam estratégias para garantirem relativa autonomia em pequenas vilas e cidades escravocratas no Brasil dos Oitocentos” (SANTOS; SILVA, 2023, p. 109). Na defesa de um ensino inclusivo e diverso, são sugeridas seis aulas com atividades que objetivam a reflexão sobre heranças sociais patriarcais e racistas.

No quarto capítulo, “Mulheres africanas e crioulas escravizadas, amamentação e cotidiano nas fazendas cafeeiras no Rio de Janeiro e São Paulo do período Imperial”, Lorena Telles analisa relatos de viajantes europeus, literatura de memórias, manuais para fazendeiros e textos médicos para abordar as diferentes rotinas de trabalho e as práticas de amamentação e desmame de bebês por parte das escravas ao longo do século XIX nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista. As restrições à amamentação eram impostas pelos senhores, “visando o aproveitamento das mães como trabalhadoras em diversas funções, que impossibilitavam que as africanas e descendentes destinassem os cuidados considerados apropriados a seus filhos” (TELLES, 2023, p. 134). Segundo a autora, o desmame precoce e a alimentação inadequada estão diretamente relacionadas à alta mortalidade de bebês negros neste período. Além da indicação do filme *12 anos de escravidão*, Telles (2023) propõe uma atividade pedagógica dividida em três aulas, a partir da exploração de documentos e da análise de questões mediadoras, com o objetivo de gerar aprendizagem significativa sobre a sociedade escravista do Brasil Imperial.

Em “Maternidade, escravidão e os desafios da Lei do Ventre Livre”, Lenira Lima da Costa afirma que a lógica escravista, não concedia as escravas o “direito aos princípios básicos da maternidade que seus ancestrais vivenciaram” (COSTA, 2023, p. 163), como a alimentação de seus filhos. Destaca-se que a Lei do Ventre Livre (1871) representou um retrocesso para a manutenção das famílias escravas, possibilitando a separação dos filhos de suas mães cativas a partir dos 8 anos. A autora relaciona as exigências do mundo escravista e as lutas dessas mulheres contra o discurso que desqualificava sua capacidade de criar as situações de mulheres que ainda hoje enfrentam desafios para maternas, como longas jornadas de trabalho e estereótipos sociais. A atividade pedagógica apresentada

propõe o enfrentamento ao racismo nas escolas contemplando ações que abarquem toda comunidade escolar e temas que abordem os desafios de ser jovem negro no Brasil atual.

Neste capítulo, “Luta intergeracional por liberdade em Feira de Santana, Bahia, 1871-1888: mulheres negras e o acesso à justiça”, Karine Teixeira Damasceno busca evidenciar o protagonismo de mulheres negras na luta por liberdade. Em um recorte temporal que vai da Lei do Ventre Livre (1871) à Lei Áurea (1888), a historiadora analisou cartas de alforrias, ações de liberdade e inventários das últimas décadas da escravidão em Feira de Santana. Esses documentos revelam o perfil predominante de mulheres escravizadas que conquistaram a liberdade legal no município. A pesquisa apresenta a luta judicial de Joanna e sua filha Roza para que fosse reconhecida a legalidade de sua carta de liberdade, ressaltando que, embora tenham recebido sentença contrária à alforria, suas trajetórias representam o protagonismo e a luta por direitos das mulheres negras. A autora versa ainda sobre a existência da *cultura do cuidado*, pela qual tradicionalmente são atribuídos às mulheres papéis no âmbito do cuidado, como os trabalhos domésticos e a educação das crianças, assim, “uma vez que se tornavam mães, as mulheres escravizadas dificilmente deixavam suas filhas e filhos para trás” (DAMASCENO, 2023, p. 201). Como proposta pedagógica, a autora sugere a apresentação aos alunos da petição de Joanna e Roza contra os herdeiros de seu finado senhor, estabelecendo uma comparação com trabalhadores que na atualidade acionam a justiça contra seus patrões.

“Astúcias de mulheres fugitivas no Brasil escravista: narrativas (em busca) de liberdade na Paraíba do Norte Imperial”, capítulo escrito por Maria da Vitória B. Lima e Solange P. Rocha, explora os anúncios de fugas durante o período imperial, na província da Paraíba do Norte, destacando mulheres que deixaram “fragmentos de suas vivências no mundo social (trabalho, família, amizade, etc.) e uma memória de resistência em busca da liberdade” (LIMA; ROCHA, 2023, p. 215). A análise dos jornais oitocentistas permitiu as autoras concluir que os homens fugiam mais do que as mulheres². No geral, as mulheres escravizadas fugitivas eram crioulas, solteiras, tinham entre 20 e 35 anos, e estavam acompanhadas. Ressaltam também que as estratégias das mulheres escravizadas para a fuga não as colocam como heroínas, mas como mulheres que enfrentaram os desafios de seu tempo, contribuindo para a deslegitimação das relações escravistas. As duas proposições didáticas apresentadas visam dar voz a uma minoria silenciada ao longo da história, observando rupturas e permanências das

² Fato que as autoras cogitam estar relacionado à construção de outras formas de insubmissão ou à maternidade (LIMA; ROCHA, p. 221).

condições das mulheres negras na atualidade, por meio de uma prática educativa que inclui as tecnologias digitais durante as aulas.

O oitavo capítulo, “Expectativa de liberdade e o impacto do princípio da dignidade sexual no cotidiano das mulheres negras”, de Lucimar Felisberto dos Santos, retrata questões relacionadas à violência sobre o corpo feminino. A pesquisadora defende que esses atos eram “motivados pela crença em valores que permeiam conceitos como o de honra masculina, disseminada no período Imperial brasileiro e materializada nas práticas sociais e no Código Penal republicanos” (SANTOS, 2023, p. 245). Em suas reflexões, a autora objetiva registrar formas de subordinação às mulheres, bem como a reação à dominação masculina. Ao relatar sua própria história de agressão, propõe um ensino de história que se relacione com a realidade dos estudantes, denunciando as heranças típicas da sociedade patriarcal, que buscam subjugar as mulheres e naturalizar desigualdades de gênero. Sua proposta didática recomenda a análise de leis, como o Código Penal de 1940, seguida de debate e produção textual pelos estudantes sobre a violência contra a mulher.

Em “Histórias cruzadas de mulheres negras: por um ensino de História antirracista e antissexista do Brasil republicano”, Juçara da Silva Barbosa de Mello narra a história de duas mulheres negras: Ruth Telles de Menezes, professora diplomada que ministrou aulas em Santo Aleixo entre 1934 e 1953; e sua aluna Lúcia de Souza, operária e militante sindical no distrito. A autora afirma que dar visibilidade a essas trajetórias, repletas de protagonismos históricos plurais, favorece o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero e raça. Também defende um ensino de história que articule o passado, o presente e o futuro, fomentando a conscientização da comunidade escolar e a “destruição de hierarquias forjadas e estruturadas historicamente por meio de violência e opressão” (MELLO, 2023, p. 293). A pesquisadora apresenta duas possibilidades de atividades abordando em cada uma a história de Ruth Telles e de Lúcia de Souza, a fim de problematizar a construção social acerca do papel da mulher no passado e no presente.

Elizabeth Viana traça historicamente a trajetória de Lélia Gonzalez³, entre as décadas de 1970 e 1990, no capítulo “Pensando com Lélia Gonzalez: racismo e sexismo”. Segundo a autora, Gonzalez revelou o Brasil como um país racista e sexista, ao combater o *mito da democracia racial*⁴ e expor a opressão de raça, sexo e classe sofrida pelas

³ “Ela foi babá, funcionária pública, professora do ensino médio à universidade, escritora, ocupou cargo nas estruturas acadêmicas e políticas e movimentou os Estados Unidos, a Europa, a América Latina e a África” (VIANA, 2023, p. 309).

⁴ Representação que mascara a dura realidade do negro no Brasil.

mulheres negras. O texto destaca a crítica a historiografia tradicional brasileira por negar o protagonismo do povo, especialmente da população negra, provocando seu silenciamento na história. Por isso, defende narrativas que enfatizem as formas de resistência dos negros e negras como um instrumento na luta por libertação. Viana (2023) afirma que tanto no contexto atual quanto no passado colonial, “simbolicamente o racismo e o sexismo determinam que o lugar da mulher negra é servir” (VIANA, 2023, p. 336). Porém, na defesa de que essas visões precisam ser desconstruídas, a professora elenca cinco questões a serem apresentadas aos estudantes, contemplando as ideias de Lélia Gonzalez e a importância do movimento negro na luta antirracista no país.

No último capítulo da obra, “Movimento contemporâneo de mulheres negras brasileiras: história de (re)existências e insurgências em ação”, Cláudia Pons Cardoso também enaltece a importância do pensamento de Lélia Gonzalez para o movimento de mulheres negras no Brasil, América Latina e Caribe, desafiando concepções universalistas sobre a opressão da mulher. Ao discorrer sobre a atuação do movimento negro e do movimento contemporâneo de mulheres negras no Brasil, ela destaca diferentes organizações comprometidas com uma agenda feminista e antirracista. Evidenciando desafios e conquistas dos negros e negras no país, o texto reforça o papel que a organização em instituições próprias tem de traduzir a “premência das mulheres negras em interpretar a realidade pela perspectiva de raça, redefinindo gênero e sexualidade, visando o planejamento de intervenções capazes de anular as desvantagens impostas a elas” (CARDOSO, 2023, p. 355-356). Em sua proposta didática, Cardoso (2023) elenca três atividades que visam auxiliar a compreensão da história de mobilização política das mulheres negras brasileiras na contemporaneidade.

Vale ressaltar que cada capítulo apresenta comentários bibliográficos que enriquecem as discussões sobre as diferentes temáticas, contribuindo para a aproximação entre o conhecimento acadêmico e o ensino de história. Ao evidenciar a participação ativa das mulheres negras dos séculos XVIII ao XXI na construção da sociedade brasileira, a obra vai ao encontro da Lei 11.645/2008⁵ (BRASIL, 2008) que torna obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira em instituições de ensino públicas e privadas do país. E faz isso à luz de importantes atualizações teórico-metodológicas no campo da historiografia e do ensino de história. A obra também está alinhada com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), pautados em uma educação que se comprometa com o combate às diferentes formas de discriminação,

⁵ A primeira lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no país foi a lei 10.639 aprovada em 2003 (BRASIL, 2003), que foi substituída pela lei 11.645 em 2008.

como o racismo e o sexismo. Dessa forma, considera-se que as discussões apresentadas no livro *Mulheres afro-atlânticas e ensino de história*, organizado por Iamara Viana e Valéria Costa, contribuem para reflexões sobre um fazer docente comprometido com a luta por justiça social e com o combate ao silenciamento de mulheres negras, grupo historicamente marginalizado no Brasil.

Referências

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. D.O.U. de 11 de março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

VIANA, Iamara; COSTA, Valéria (Org.). **Mulheres afro-atlânticas e ensino de história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2023. 380 p.

SOBRE A AUTORA

Keila Nascimento de Almeida Peroni é mestranda em Ensino de Humanidades (profissional) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES).

Recebido em 31/07/2024

Aceito em 04/11/2024